

## REFORMA URBANA: ESTUDOS SOBRE AUTOGESTÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICA HABITACIONAL DE HABITAÇÃO

### Denize Fabiani

Acadêmica/Bolsista voluntária do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Edificações Sustentáveis da Escola de Arquitetura e Urbanismo do Complexo de Ensino Superior Meridional - IMED

Email: denizefabiani@yahoo.com.br

### Marcele Salles Martins

Professora/Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Edificações Sustentáveis da Escola de Arquitetura e Urbanismo do Complexo de Ensino Superior Meridional - IMED

Email: marcelemartins@imed.edu.br

### Anicoli Romanini

Professora/Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Edificações Sustentáveis da Escola de Arquitetura e Urbanismo do Complexo de Ensino Superior Meridional - IMED

Email: anicoli@imed.edu.br

**Resumo.** *A luta dos movimentos sociais pela moradia digna, a autogestão habitacional e a política de habitação de interesse social no Brasil nos últimos vinte anos, conquistaram, apoiados nos princípios da igualdade e justiça social, uma nova participação do Estado. Assim, o presente trabalho faz uma revisão sobre os temas da autogestão, movimentos sociais política nacional de habitação e o programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais na busca pela da reforma urbana. Percebe-se, portanto, a importância da unificação dos movimentos populares para promover a autogestão do ambiente construído e beneficiar as cidades e sua população.*

**Palavras-chave:** *Autogestão. Movimentos sociais. Política Habitacional de Habitação.*

### 1. INTRODUÇÃO

A luta dos movimentos sociais pela moradia digna, a autogestão habitacional e a política de habitação de interesse social no Brasil nos últimos vinte anos, conquistaram, apoiados nos princípios da igualdade e justiça social, uma nova participação do Estado.

Sabe-se que o problema da moradia para a população de baixa renda compõe o panorama social de longa data. No século XX com o desenvolvimento capitalista e a crescente urbanização o problema se ampliou, principalmente pela “produção e reprodução das desigualdades sociais” de um sistema econômico desinteressado.

A autogestão popular no campo da habitação no Brasil teve maior visibilidade pelas constantes experiências com o auxílio dos programas de habitação de interesse social, desde 2004, pelo governo federal, para atender a demanda dos movimentos organizados.

Os movimentos sociais acompanham o processo de urbanização brasileiro desde a década de 60, atuando em prol de uma reforma urbana através da implementação de uma política de habitação popular. Até os dias de hoje, a atuação dos movimentos sociais se dá pela “participação nos processos decisórios sobre políticas públicas, pela construção de políticas e programas que garantam o acesso universal à moradia e aos serviços públicos urbanos, à educação e saúde de qualidade”.

O presente trabalho faz uma revisão sobre os temas da autogestão, movimentos sociais, política nacional de habitação e o

programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais na busca pela da reforma urbana.

## **2. AUTOGESTÃO**

Os anos 80 foram marcados pelo agravamento da crise econômica, pelo desemprego e falta de investimentos do Estado numa política habitacional para a população de baixa renda. Como resultado houve o “crescimento de favelas, palafitas, cortiços e ocupações”, principalmente em áreas periféricas. A autoconstrução foi uma estratégia de sobrevivência.

Após a ocupação e autoconstrução foi a vez da ocupação organizada, a construção por mutirão e a autogestão. Dessa forma, a negociação com o Estado na luta pela moradia funcionou como pressão para a desapropriação de terras e o acesso a financiamentos. Surgem então, as primeiras iniciativas de produção habitacional por meio de mutirão financiado pelo governo. Estas iniciativas possibilitaram as famílias beneficiárias decidirem e participarem do processo de projeto e da construção.

Dessa forma, a iniciativa popular mostrou capacidade, a partir dos movimentos sociais urbanos, “de formular políticas e pautar o problema da moradia popular como um problema nacional a ser respondido pelo Estado”.

## **3. MOVIMENTOS SOCIAIS**

Na década de 80 se constituiu os principais movimentos sociais urbanos organizados. Na luta pela moradia foi criada a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

A UNMP (1989) atuou na luta pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão junto às favelas, ocupações, loteamentos, mutirões.

O MNLN (1990) atuou na luta pela moradia e o direito fundamental à cidade.

Destaca sua luta não só pela conquista da casa, mas também educação, saúde, economia, trabalho, comunicação, meio ambiente, mobilidade urbana e relações humanas.

A CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores) foi criada em 1982 com a função de organizar as federações estaduais, uniões municipais, associações comunitárias e entidades de bairro. Suas causas são a moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça e democratização em todos os níveis.

Já a CMP (Central dos Movimentos Populares), fundada em 1993, propõe unificar os diversos movimentos populares.

Em 1987 a sociedade organizada apresentou propostas de Emendas Populares à Constituição, propondo temas como saúde, reforma agrária, meio ambiente e reforma urbana. A partir disso, foi criado o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), posteriormente denominado Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

O projeto de reforma urbana unificou os movimentos sociais para compartilhar o problema da moradia, do déficit e da inadequação habitacional e o problema urbano.

## **4. POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO**

Em 1991 foi formulada a proposta do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) pelos movimentos de moradia, entidades profissionais e organizações do campo da reforma urbana, com o objetivo de garantir investimentos para a moradia popular e viabilizar recursos permanentes para a autogestão na habitação social.

A partir da demanda dos movimentos de moradia e de reforma urbana por um programa de habitação de interesse social, já foram construídos três programas: o Programa Crédito Solidário de 2004,

pioneiro ao gerar novas demandas para a Caixa Econômica Federal; a Ação de Produção Social da Moradia de 2008, que não saiu do papel; e o Programa Minha Casa Minha Vida, que pela pressão dos movimentos de moradia ganhou uma modalidade para a autogestão: o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. Hoje é o principal programa que atende a autogestão.

“O PMCMV teve como objetivo principal responder à crise econômica mundial de 2008, reaquecendo o mercado imobiliário no Brasil. O governo, atendendo à demanda do empresariado da construção civil, priorizou a construção de casas populares feitas diretamente por construtoras, desconsiderando o papel dos governos municipais e estaduais na produção do ambiente construído e na implementação de uma política habitacional mais ampla, que incluía produção de novas moradias, urbanização, regularização fundiária e planejamento urbano” (FERREIRA, 2012).

## **5. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS**

A partir do lançamento do programa Minha Casa Minha Vida, foram levantadas informações em algumas metrópoles brasileiras sobre o processo de reestruturação do setor imobiliário, compreendendo as estratégias desenvolvidas pelas empresas dentro do programa referido e o seu impacto territorial. Também, foram analisadas as formas de apropriação social dos novos empreendimentos e sua inserção na estrutura urbana.

De um modo geral, em cada cidade analisada, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Fortaleza, Maringá e Belém, foi identificado o processo de periferização dos empreendimentos, ou seja, “processos similares com a extensão do tecido urbano para áreas rurais ou periurbanas”,

principalmente nos empreendimentos para faixa de renda inferior.

Também, “a estrutura político-institucional de gestão urbana e mesmo habitacional nos municípios” é insuficiente, detectando a incapacidade municipal de articular ações que possam contribuir com o atendimento das faixas de menor renda do programa MCMV.

São apresentados alguns apontamentos sobre a periferização dos empreendimentos, como: “as mudanças que ocorrem nos padrões tradicionais de uso e ocupação do solo nas periferias, com a introdução da tipologia “apartamentos” em territórios onde ela anteriormente não existia”. Outro apontamento recorrente é a deficiência de infraestrutura. Também, há falta de vinculação da política habitacional com uma política urbana que oriente o processo de estruturação metropolitana, e como consequência, se dá a expansão e fragmentação do tecido urbano.

Os impactos do programa MCMV podem agregar contribuições importantes para o seu processo de avaliação. O objetivo versa em desvendar as diferenças do desempenho do programa no território, principalmente com relação entre núcleos e periferias.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se, portanto, a importância da unificação dos movimentos populares para promover a autogestão do ambiente construído e beneficiar as cidades e sua população.

## **7. REFERÊNCIAS**

CARDOSO, Adauto Lúcio; LAGO, Luciana Corrêa do. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 7-15.

FERREIRA, Regina. Movimentos sociais, autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil. In: LAGO, Luciana Corrêa do (Org.). *Autogestão Habitacional no Brasil: Utopias e Contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 116-134.